

**A Nova História Política e a Idade Média: diálogos, caminhos traçados e possibilidades de estudo da esfera do Poder**

DOI: 10.26512/emtempos.v1i33.23554

Rafael Costa Prata<sup>1</sup>

**Resumo:**

Em decorrência do “trunfo” obtido pelos *Annales*, o estudo da esfera política acabou sendo progressivamente marginalizado do metiê historiográfico. Levando em consideração esta constatação, demonstraremos neste sucinto artigo, os caminhos percorridos por esse campo de estudo do poder em seu retorno aos holofotes da História. Em outras palavras, rastreamos o curso do “renascimento” do estudo da esfera política, que passa a ganhar corpo especialmente a partir de finais dos anos 1960 e no decorrer dos anos 1970, quando intelectuais de diversas áreas do conhecimento humano passam a rediscutir a extrema necessidade de resgatar o estudo da esfera política, precisamente por meio de novas premissas teórico-metodológicas, no campo da História.

*Palavras-chave:* Nova História Política; Poder; Idade Média.

**Abstract:**

As a result of the “triumph” achieved by the *Annales*, the study of the political sphere turned out being progressively marginalized inside the elitist historiographic group. Taking this confirmation into account, we will show in this brief article the paths went along by this study of power field on its return to the spotlight of history. In other words, we will track the course of the “rebirth” of the political sphere study that now gets a kind of shape specially in the late 1960’s and in the course of the late 1970’s, when intellectuals from different human knowledge areas are now rediscussing the extreme need to rescue the study of the political sphere, precisely by means of the new theoretical-methodological assumptions in the field of history.

*Key words:* New Political History – Power – Middle Ages.

**Introdução**

Em seu *Essair sur les Moeurs et l’espirit des nations*, publicado em 1756, o filósofo francês Voltaire (1694-1778) ao refletir sobre o conteúdo das obras historiográficas de sua época afirmara com veemência, e não com menos ironia, que desse exame poderíamos constatar a certeza que “os únicos gauleses, nos últimos catorze séculos, tenham sido reis, ministros e generais”(VOLTAIRE apud LE GOFF, 2010:197).

Pouco mais de cem anos depois, outro filósofo francês também manifestaria uma profunda inquietação frente ao fazer historiográfico de seu momento. Jules Michelet (1798-1874), que também era historiador, declararia por meio de seus escritos e de cartas trocadas com amigos, toda a sua angústia perante o modelo historiográfico vigente no presente em curso a qual se recusava tornar partidário.

---

<sup>1</sup>Mestre em História (Universidade Federal de Sergipe – PROHIS-UFS, 2016), Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Mato Grosso (PPGHIS-UFMT). Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Leandro Duarte Rust. Integrante do *Insignia: Grupo de Estudos Históricos sobre Poder, Sagrado e Violência* e do *Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais*. E-mail: [rafaelcostaprata@hotmail.com](mailto:rafaelcostaprata@hotmail.com)

Assim sendo, Michelet escrevera em 1837 ao crítico literário Charles Augustin Sainte-Beuve para confidenciar-lhe sobre o teor de suas obras:

Se eu tivesse introduzido apenas a História política na narração, se não houvesse tratado dos elementos diversos da História (religião, direito, geografia, literatura, arte, etc), minha atitude teria sido completamente outra. Mas era preciso um grande movimento vital, porque todos esses diversos elementos distintos gravitavam juntos na unidade do relato (MICHELET apud BLOCH, 2001:134).

Por compreender que o conhecimento histórico enquanto conjunto de inúmeras vertentes do conhecimento, Michelet sentia-se solitário, uma peça rara em sua época, ao desejar a adoção de um fazer historiográfico dotado de um intenso contato com os mais variados campos do conhecimento produzidos pelo homem.

O rastro das inovadoras concepções historiográficas de Jules Michelet atingiria profundamente o nascer do século XX, influenciando uma gama de historiadores e intelectuais de outros campos do conhecimento, em especial as Ciências Sociais, a repensarem a necessidade de um novo fazer historiográfico profundamente distinto do que era produzido no século recentemente superado.

Desta forma, já em 1900, o filósofo Henri Beer lança a *Revista de Síntese Histórica* na qual passaria a defender em contraposição a concepção de História vigente, a composição de uma História síntese, a qual abarcasse todas as dimensões da vida humana, e não somente o aspecto político. Três anos depois, em 1903, o sociólogo François Simiand seguiria os mesmos passos ao publicar o artigo *Método Histórico e Ciências Sociais* no qual criticaria também abertamente o domínio do político no fazer historiográfico, afirmando que os historiadores certamente possuíam três “ídolos” intocáveis: o ídolo político, o ídolo das individualidades e o ídolo cronológico.

Marc Bloch e Lucien Febvre nunca fizeram segredo de sua “dívida” intelectual para com Michelet. Herdeiros do filósofo francês, o primeiro reconhecia em Michelet, e em Fustel de Coulanges, seus mentores intelectuais, aqueles que o ensinaram a reconhecer que “o objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens [e que] mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade” (BLOCH, 2001:54) enquanto que o segundo considerava Michelet o verdadeiro pai da História por ter sido o precursor de uma nova concepção de História onde:

Tudo que é do homem é importante para a História; tudo o que os homens criam é objeto da História, é matéria da História: quer se trate das constituições políticas, quer se trate das igrejas, das religiões ou das

filosofias, das criações artísticas ou das obras literárias, das atividades econômicas ou das descobertas científicas (FEBVRE, 1995:122).

Por certo, quando Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram o periódico intitulado *Annales d'histoire économique et sociale* no ano de 1929, assim o fizeram com um propósito claro: romper com o paradigma historiográfico até então vigente, apresentando em contrapartida um novo modelo para o campo da História.

Passaram a combater, portanto, precisamente este fazer historiográfico tão refutado por Michelet no decorrer do século XIX e a posteriori condenado também por intelectuais como Henry Beer e François Simiand no primeiro decênio do século XX. De maneira efetiva, aplicaram-se rigorosamente no combate a essa concepção de História convencionalmente denominada *História Política Tradicional*, típica do passado século XIX e das primeiras décadas do século XX, caracterizada notadamente pela narração pura e simples dos feitos políticos e militares dos chamados “grandes homens” da História.

Tratava-se de uma História *événementielle* cujos homens de ofício preocupavam-se especialmente com a composição de uma narrativa linear, factual, acontecimental e de caráter superficial, cuja natureza estava diretamente vinculada aos Estados Nacionais em formação, operando na busca de suas “origens nacionais”, como mecanismo determinante em seu processo de legitimação. Em vista disso, nessa concepção de História “o poder é sempre o poder do Estado – instituições, aparelhos, dirigentes: os acontecimentos são sempre acontecimentos políticos, pois estes são os temas nobres e dignos de atenção” (FALCON, 1997:65).

Fora justamente contra essa “hegemonia do político” que os analistas procuraram se rebelar. Em sua cartilha, defendiam uma História total, ou seja, um modelo historiográfico cujas abordagens abarcassem todas as dimensões da vida humana, e não somente o político, reclamando assim à necessidade de conferir dentro do campo historiográfico o espaço necessário as demais esferas na qual a ação humana se faz presente, como a econômica, a social, a cultural, etc.

Criticavam também o fato de que aqueles antigos historiadores produziam abordagens de natureza extremamente superficiais, sendo então incapazes de produzirem uma análise mais ampla que fosse além da mera descrição do acontecimento, em outras palavras, de apresentarem uma análise estrutural, mais profunda, de longa duração, em detrimento da enfadonha sucessão de fatos e acontecimentos a que estavam habituados.

Postulavam, em contrapartida, um fazer historiográfico aprofundado, em suma, a composição de uma História social, econômica e mental de natureza profunda, portadora de

problemáticas e que respirasse a interdisciplinaridade, em contraposição aquele modelo a qual julgavam que “preferia a sombra a substância”.

Essa *História Política*, aos olhos dos *annalistes*, nutria em sua feição a síntese de todos os defeitos do campo historiográfico de modo que assumiria perfeitamente o papel de inimigo a ser combatido e devidamente proscrito. Assim se deu a chamada “revolução francesa da historiografia” (BURKE, 1990) com o gradual declínio dessa *História Política* e o avanço do modelo analista de Marc Bloch e Lucien Febvre dentro do campo da História a partir dos anos 1930.

### **O Renascimento da (Nova) História Política**

Em 1972, o medievalista Jacques Le Goff ao constatar que “a economia, a sociedade e a cultura parecem ter monopolizado a atenção dos historiadores nos últimos cinquenta anos” (LE GOFF, 2010:198), lançou aos seus pares acadêmicos, o instigante e categórico questionamento: *A Política será ainda a Ossatura da História?*

Certamente, como indicara o próprio Le Goff, o questionamento se apresentaria aos olhos daqueles doutos formados sob a égide da *escola dos Annales* como de natureza estranha, haja vista que não manifestavam dúvidas frente ao fato de que naqueles dias “a História política é já velha e antiquada” (IBIDEM: 197).

De fato, não estavam errados em sua conclusão, pois, o caminho que demarca a derrocada da História Política Tradicional e a ascensão da História Econômica e Social, corresponde perfeitamente a um gradual processo em que “a História política foi afundando-se até não ser mais do que um apêndice atrofiado: um acepipe do sacerdote da História” (IBIDEM: 200).

No entanto, a situação passaria a se alterar sensivelmente a partir dos anos 1970, quando uma série de calorosos debates levados a cabo por uma gama de intelectuais, entre eles o próprio Le Goff, acabariam por dar início a uma reflexão em torno da necessidade de “resgate” do estudo da esfera política no campo historiográfico, apresentando, a propósito, em vias práticas os mecanismos teórico-metodológicos para empreendê-la.

O próprio Jacques Le Goff indicara a sensível mudança que gradualmente se fazia sentir dentro do campo da História em relação à boa receptividade experimentada frente ao anúncio do “regresso” da esfera política na análise histórica. Todavia, se tal fenômeno passou a ganhar corpo, sua causalidade devia ser primordialmente encontrada no momento em que a História Política passou a assumir “os métodos, o espírito e a abordagem teórica própria daquelas ciências que a tinham empurrado para segundo plano” (IBIDEM: 200-201).

Em outras palavras, seria a partir do contato com a Sociologia e a Antropologia, em especial, que a História Política encontraria os arcabouços teóricos necessários para assentar novas abordagens e modelos teóricos, podendo retornar assim com uma faceta renovada e assentida aos domínios da História.

Seguramente, a principal contribuição oferecida por essas áreas do conhecimento humano a chamada *Nova História Política* se realizou na transmissão de um novo conceito de poder, muito mais amplo e profundo do que a antiga noção operada. O poder deixa de ser visto como uma manifestação exclusiva e oriunda somente do Estado, para ser compreendido como uma parte dispersa, integrante e componente de todo o tecido social, rompendo-se assim definitivamente com uma antiga visão monolítica e estatal do poder.

Os artífices dessa mudança de orientação altamente expressiva em relação ao conceito de poder certamente foram intelectuais como Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Serge Bernstein e Georges Balandier, dentre tantos outros, que se apresentam como peças fundamentais nesse processo de construção da chamada *Nova História Política*, quando passam a apresentar novos enfoques, significados e possibilidades de compreensão e análise do político nas esferas sociais, desde os seus aspectos mais práticos, coercitivos e de ação periférica, até as suas dimensões mais simbólicas.

Dois anos após o ensaio produzido por Le Goff, em 1974, o historiador francês Jacques Julliard também lançaria as suas impressões sobre a questão em um pequeno ensaio intitulado *A Política*.<sup>2</sup> Rastreado os possíveis erros e pecados pelas quais a *História Política* havia perecido, Julliard não deixa de apresentar, assim como Le Goff, a sua óptica acerca dos possíveis horizontes teórico-metodológicos a serem perseguidos pelos historiadores mediante esta conjuntura de renovação pela qual passava o campo do político.

Narrativista, elitista, biográfica, factual, superficial, dentre outras tantas características, a *História Política* apresentava uma série de “defeitos” também aos olhos de Julliard de modo que este igualmente se diz “favorável a condenação” passada pelo campo por praticamente quarenta anos. Entretanto, há em seu pensamento um ponto de inflexão: a certeza de que a concordância frente à condenação não deveria acarretar na punição eterna do campo político no ofício da História, principalmente por que:

Não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetivos a que se aplica. Ou bem existe, com efeito, uma natureza própria dos fenômenos políticos, que os limita a categoria dos fatos – simples espuma das coisas, espuma que se pode deixar de lado sem prejuízo – ou bem ao contrário, o político, como o econômico, o social, o

---

<sup>2</sup> Trata-se de um ensaio inicialmente integrante da obra coletiva *Faire de l'histoire*.

cultural, o religioso, acomoda-se aos métodos mais diversos, inclusive os mais modernos, e, nesse caso, é tempo de aplicá-los ao político (JULLIARD, 1988:181-182).

O problema residia, portanto, no método e no fazer historiográfico característico dos antigos historiadores políticos, e não propriamente no estudo da esfera política. Necessitava-se, por conseguinte, do aporte e da adoção de novas abordagens que vislumbrassem a composição de uma *Nova História Política*.

Consoante a Le Goff, Julliard ratifica então a importância da interdisciplinaridade tão cara aos analistas, reforçando a relevância que a Ciência Política passava a ter para a renovação da História Política, assim como também a Economia Política, a Demografia, a Lingüística e até a Psicanálise. Partindo destas premissas, seguramente o efeito provocado não seria outro a não ser o da composição de um campo aberto:

Para estudos novos, fundados nas séries, na comparação, estudos que dariam enfim a História política, uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos (IBIDEM: 185).

A resposta para os anseios e vislumbres tanto de Jacques Le Goff como de Jacques Julliard brotaria nos escritos de René Remond, um historiador que, a partir dos anos 1980/1990, seria peça fundamental no processo de consolidação da *Nova História Política* no campo da História ao fortalecer as bases teóricas deste novo modelo historiográfico apresentando uma série de perspectivas já concretizadas de suas aplicações ao estudo do poder.

Aos olhos de Remond, a *Nova História Política* já se apresentava destarte como uma realidade concreta no limiar dos anos 1990. Diferentemente de Le Goff e de Julliard que nos anos 1970 exprimiam em seus ensaios a sensação de uma trajetória em curso, um misto de mudança visível com um longo caminho a ser percorrido, Remond defende uma realidade já devidamente concretizada, pois, àquela altura, os anos 1990, a *Nova História Política* já havia conseguido se tornar tudo aquilo que os *annalistes* haviam planejado para o campo historiográfico: uma História total, síntese, de natureza profunda.

Conectada às outras dimensões da vida social, ligando-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida humana em sociedade, o político havia se tornado mais uma modalidade da prática social, assim como a esfera econômica, cultural, etc.

Assim como seus pares, Remond também não deixaria de destacar a importância dos intensos contatos efetuados pelo novo campo historiográfico em relação aos diversos campos do conhecimento, reiterando assim a certeza de que a “renovação da História política foi

grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas [de modo que] a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que ela precisa para respirar” (RÉMOND, 2003: 29).

Não sendo mais a ossatura da História como outrora, a *História Política*, ou melhor, a *Nova História Política*, no entanto, recobriria assim, após uma longa trajetória, o seu devido espaço no campo historiográfico, assumindo como seu objetivo formador, de maneira geral:

Articular o político enquanto prática social e suas representações [intensificando] seu interesse pelos estudos sobre os imaginários em uma época por determinada sociedade, pelos sistemas simbólicos, ampliando-se, desta maneira, o próprio conceito de política. Neste caminho, passou a ser objeto da História política não somente a política institucional, ligada ao Estado, mas também as relações de poder espalhadas na sociedade (FERTIG, 2009: 276).

### **A Nova História Política aplicada aos estudos medievais: a primazia do enfoque na compreensão dos simbolismos e dos imaginários políticos**

Não foram poucos os historiadores que apontaram como o marco inicial simbólico dessa *Nova História Política*, uma obra gestada ainda antes da “fundação” dos *Annales* em 1929. O medievalista Marc Bloch, um dos fundadores do periódico, que em 1924, com a obra *Os Reis Taumaturgos*, teria apresentado o paradigma a ser seguido pelos historiadores em suas abordagens acerca da esfera política.

Nesta, ao analisar a crença popular em torno da cura das escrófulas através do chamado “toque real” dos monarcas, Bloch procurou compreender as profundezas do caráter sobrenatural do poder régio, atentando assim para toda uma gama de imaginários, simbolismos e ritos religiosos que de outra maneira acabavam atuando como parte funcional no processo de legitimação do poder dos monarcas. Com efeito, a análise profunda do fenômeno lhe possibilitara compreender que “o milagre real [a crença na cura por meio do toque dos monarcas] foi acima de tudo a expressão de uma concepção particular do poder político supremo”. (BLOCH, 1993: 21).

Bloch nutria então o interesse em demonstrar que:

Uma nova concepção de “História política” poderia perfeitamente surgir para substituir a anterior – aquela velha História política acontecimental, na qual eram examinadas as nações nos seus confrontos bélicos e diplomáticos, ou através da figura de grandes homens que pretensamente conduziriam a História. Engajado na construção de uma História na qual importariam mais os fenômenos coletivos do que as ações políticas de uma pequena elite de indivíduos, e na qual o “poder” se revelava em muitas instâncias que não apenas os meios de repressão estatal e de enfrentamento bélico, Marc Bloch podia pensar neste seu ensaio – que antecipa os estudos sobre o imaginário e sobre as mentalidades – como um trabalho que também não deixava de ser uma contribuição à História Política. É verdade que os interesses dos

historiadores dos *Annales* voltaram-se para a economia e sociedade nas quatro primeiras décadas de sua institucionalização. Mas um comentário como o de Bloch deixa entrever que não era especificamente contra a instância política que a Nova História se voltava, mas sim contra uma maneira mais específica de trabalhar esta instância política (BARROS, 2010: 30).

É bastante significativo que um renomado medievalista tenha sido apontado por uma série de historiadores como o precursor desta *Nova História Política*, haja vista que todo esse processo de debates historiográficos iniciados pelos *Annales* e que atingiria seu apogeu nos anos 1970-1980 acabou, por consequência, acarretando também uma mudança significativa nos estudos sobre o poder e suas manifestações nas sociedades medievais.

Por certo, na medida em que essa *Nova História Política* procurou se afastar da pura e simples descrição de batalhas, reinados e dinastias, os novos estudos sobre a esfera do poder no Medievo empenharam-se em seguir de maneira sólida tanto aos ditames iniciais legados por Bloch como também os caminhos já consolidados e apontados no decurso dos anos 1970/1980 por este campo em emergência, buscando assim se centrarem no primordial papel exercido por toda ordem de imaginários - em especial, o político e religioso - nas sociedades medievais como instrumentos definidores nas relações de poder dispersas e manifestadas entre os seus atores sócio-políticos. Passaram, em consequência, a compreender que o político está sempre permeado de imaginários, simbolismos, ritos e crenças, e que negligenciar a existência e especialmente a eficácia de todos esses elementos seria empobrecer demais a análise histórica, visto o papel fundamental exercido por tais elementos para a manutenção da coesão social das sociedades medievais, para a sustentação ideológica das monarquias e como também na condução das práticas sociais a serem exercidas em sociedade.

Todavia, tal paradigma somente passou a ser possível mediante a aplicação da interdisciplinaridade tão defendida pelos *Annales* nos anos 1920, e a posteriori pelos novos historiadores políticos a partir dos anos 1970 que seguiram as suas premissas. O próprio Marc Bloch não negaria o peso e a influência decisiva em torno de suas abordagens sobre o poder na Idade Média dos estudos antropológicos de sua época, em especial, denunciando sua profunda dívida para com os trabalhos de James George Frazer que com seus estudos acerca das “origens mágicas da realeza” se apresentou basilar na edificação de suas concepções.

Seguindo o rastro deixado por Marc Bloch, o historiador alemão Ernst Kantorowicz lançaria em 1958 a obra *Os Dois Corpos do Rei*, fundamental para os estudos do imaginário político medieval, na qual apresenta uma profunda “Teologia Política Medieval” calcada na concepção de que os monarcas possuíam duas naturezas corporais distintas: o corpo físico,

natural, sujeito a imperfeições e perecível, e um corpo místico, de natureza perfeita por ser o monarca “ao contrário de um homem individual, in officio o tipo e imagem do Ungido no céu, e conseqüentemente, de Deus” (KANTOROWICZ, 1998: 52).

Com *Os Dois Corpos do Rei*, Kantorowicz dissecaria assim o chamado “poder descendente” dos monarcas, ou seja, a concepção corrente em todo o Ocidente Medieval de que a *potestas* do rei, o seu poder, assentava-se numa legitimidade sacralizada, profundamente calcada em alicerces divinos. Em outras palavras, tratava-se da ideia de que o poder que seria naturalmente inerente a figura régia derivava em absoluto da graça e da concessão divina frente a excelência de seu papel perante a sociedade, de modo que, o rei, e mais nenhum outro, seria então o vicário de Deus na Terra, seu representante direto, por isso o portador legítimo do maior entre os poderes terrenos.

De maneira geral, com o advento da *Nova História Política*, a Medievalística passou a observar assim uma gradual revalorização do significado da realeza dentro do sistema político medieval, alteração esta que tem suas raízes no aporte oferecido pela Antropologia no bojo desse processo, pois:

A História política medieval foi transformada e enriquecida por ter adotado métodos tirados da antropologia: uma nova luz foi lançada sobre a realeza medieval pelos estudos sobre realeza arcaica ou primitiva. A História política medieval pareceu assim abandonar os rumores de superfície da História episódica em favor dos estratos diacrônicos profundos das sociedades proto ou para-históricas (LE GOFF, 2010: 205).

Em decorrência dessa reorientação, uma série de estudos passaram a ser efetuados sob esse novo prisma de estudo do poder e de suas manifestações na Idade Média. O historiador alemão Percy Ernst Schramm (1894-1970) foi fundamental nesse processo na medida em que através de seus trabalhos procurou analisar profundamente os sinais e símbolos do poder, portanto, toda uma gama de elementos que repletos de simbolismos atuavam no processo de legitimação das realezas. Além disso, seus estudos se apresentaram de enorme importância uma vez que o autor procurou reforçar que tais elementos simbólicos devem ser sempre analisados como fontes tão importantes quanto às literárias, caminhando conjuntamente com estas para a compreensão das relações de poder manifestadas em dada sociedade.

Outra crucial mudança resultante desse processo de resignificação das realezas medievais fora sentida também nas abordagens acerca dos vínculos entre o poder monárquico e o sistema político do *Feudalismo*. Isto por que:

Anteriormente, fora opinião generalizada que a monarquia enquanto instituição e o sistema feudal fossem antitéticos, e que foi na decadência do feudalismo, no final da Idade Média, que nasceu o poder monárquico, orientado para o absolutismo. Segundo esta concepção, Carlos Magno, com

sua política de conferir feudos, tendentes a tornarem-se domínios hereditários, como prêmios por serviços públicos, inconscientemente deu vida aquela força que depois viria a destruir a autoridade pública que ele próprio se esforçara por restaurar e que viria domar o poder real que ele, juntando-lhe a dignidade da coroa imperial, pensava ter tornado algo invulnerável. Esta explicação é agora reconhecida como falsa em ambos os seus termos. Ela nasceu da incapacidade de ir além do prestígio vazio do Estado até o estudo do poder em si mesmo. Mas no novo contexto, abandonados os anacrônicos conceitos de Estado, ganhou o seu pleno significado, e compreendeu-se que o rei feudal conseguiu seu poder não a despeito, mas dentro do sistema feudal (LE GOFF, 2010: 203).

Esse intenso contato com a Antropologia fez com que os medievalistas passassem também a se voltar cada vez mais aos estudos da Antropologia Política, contato que acabaria por acarretar uma série de possibilidades de abordagens para os estudos das relações de poder no Medievo.

Logo, novas oportunidades foram abertas para o estudo do vocabulário e das atitudes mentais do homem medieval, na medida em que estas ao serem devidamente alocadas em estruturas e/ou esquemas passaram a ser compreendidas e analisadas portando uma clara dimensão política. Com esta atitude passou-se a se empreender o estudo, por exemplo, das estratificações sociais medievais simbolizadas nas crônicas por meio da distinção entre *potentes* e *pauperes*, objetivando visualizar nestas diferenciações produzidas, além do impacto social causado em sociedade, as relações de poder implícitas no seio de tais mecanismos.

Seguindo esta mesma possibilidade de abordagem das estratificações sociais medievais por meio dos vocábulos é que Le Goff indicava à época de seu ensaio em 1972, a necessidade também de aplicarmos à Idade Média o esquema formulado pelo filólogo comparativo francês Georges Dumezil quando realizou seus estudos sobre as sociedades indo-europeias. Le Goff apontava a necessidade de estudarmos o esquema tripartite – *oratores*, *bellatores* e *laboratores* – em uso no Medievo a partir de finais do século IX e que se estendeu no decorrer do século X, com o fito de compreendermos como:

Estas ideias reapareceram na Idade Média, e qual foi sua eficácia mental, intelectual e política, [o que nos colocaria em condições de] traçar mais claramente os vários aspectos do poder medieval, as suas estruturas, relações e funcionamento. A meu ver, poderíamos verificar que este esquema era uma das bases ideológicas do poder real e que este último controlava e actuava como árbitro entre as três funções (IBIDEM: 206-207).

Le Goff que escrevia o seu ensaio em 1972, contemplaria o seu desejo sendo prontamente atendido, seis anos depois, quando, em 1978, o medievalista Georges Duby partindo justamente do modelo apresentado por Georges Dumezil passa a analisar o chamado

“imaginário das três ordens” existente no Ocidente Medieval, tomando como fontes os escritos dos eclesiásticos, Gerardo, bispo de Cambrai, e Adalberon, bispo de Laón, que formularam esse esquema trifuncional para a sociedade francesa nos primeiros decênios do século XI.

Georges Duby indubitavelmente concretizaria o anseio de Jacques Le Goff, pois com a sua obra *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo* desvendaria com clareza a natureza e a estrutura profundamente simbólica dessas representações mentais e literárias, e de outra maneira, a sua eficácia mental e política no seio da sociedade medieval. A sua profunda inquietação diante de uma série de questionamentos o encaminhou a pensar na elaboração desta obra, de modo que, partindo desta produtiva inquietação, o medievalista então se questionou e de imediato lançou também aos seus pares uma série de indagações que figuram como altamente paradigmáticas em relação aos caminhos pelas quais a *Nova História Política* aplicada ao Medievo tem sido direcionada:

Como confrontar o imaginário com o concreto? Como dissociar o estudo “objectivo” do comportamento dos homens dos sistemas simbólicos que lhes ditaram a conduta e a justificaram a seus olhos? Estará na mão do historiador despojar inteiramente as sociedades antigas do seu revestimento ideal? Poderá vê-las de uma maneira diferente daquela, como elas próprias se viam, se sonhavam? Interroguemo-nos, medievalistas (DUBY, 1994: 20).

Para responder então que a importância de seu estudo residia no fato de poder dilucidar como essa representação mental que resistiu a passagem de trinta ou quarenta gerações sucessivas persistindo até séculos posteriores e partindo até outras localidades externas a França, como a Península Ibérica no século XIII, deve ser compreendida como uma verdadeira *estrutura* de longa duração cuja eficácia residia na faculdade de servir:

De moldura à divisão ideal dos homens. Reforça articulações normativas, imperativas, que apelam para a acção, a fim de transformarem, de restaurarem ou então tranquilizarem, justificarem. A trifuncionalidade de que falo está ao serviço de uma ideologia, de uma “formação discursiva polêmica, graças à qual uma paixão procura realizar um valor através do exercício de um poder sobre a sociedade” (IBIDEM: 17).

Entretanto, não foi somente a Antropologia que contribuiu significativamente na renovação dos estudos sobre o poder na Idade Média, posto que os métodos comparativos retirados da História das Religiões também foram fundamentais, assim como também o acréscimo oriundo do campo da Arqueologia com a qual a Medievalística passou a contar como um campo crucial para a recepção dos diversos símbolos materiais do poder tão caros a esse novo prisma de abordagens calcado no papel dos imaginários e nos simbolismos de poder residentes também nesses adornos régios.

Também a História da Arte tem se mostrado um campo bastante fértil em suas interações com o estudo do poder no Medievo, sendo utilizada em uma perspectiva que procura analisar como o poder das obras de arte está diretamente ligado ao poder em geral. Os trabalhos do historiador da arte Erwin Panofsky foram cruciais e modelares nesse sentido, pois, com sua obra *Gothic Architecture and Scholasticism* este autor “deu um primeiro passo nessa direção quando ligou o estilo gótico, através da polivalente noção de “ordem” (e hierarquia), com o método da escolástica, ligando depois um e outro ao ordenamento sociopolítico realizado na Ilê de France à volta de 1200 pela monarquia dos Capetos” (LE GOFF, 2010: 207).

### **Considerações Finais**

É certo que uma grande quantidade de trabalhos realizados e como também outras perspectivas de aplicação da *Nova História Política* ao estudo das relações de poder no Medievo poderiam ter sido mencionadas. Todavia, diante da impossibilidade de referenciá-las todas, cabe-nos apenas reforçar mais uma vez o modo como estas interações tem se efetuado, sobretudo no campo do estudo dos imaginários e dos simbolismos na medida em que os medievalistas foram constatando o crucial papel exercido por esses mecanismos na esfera política medieval.

Destinados a explorar um extenso quadro de imaginários político-religiosos, simbolismos, mitos, crenças e ritos, os medievalistas têm procurado estudá-los não como simples adereços, mas sim como elementos definidores para a compreensão da vida social, econômica, cultural e política das sociedades medievais, como mecanismos simbólicos que conduzem seguramente a determinadas práticas sociais.

Assim sendo, a *Nova História Política Medieval*, seguindo a expressão utilizada por Le Goff, tem de maneira geral produzido uma História aprofundada, de longa duração e de natureza interdisciplinar, cujo desígnio principal tem sido relacionar os diversos imaginários e simbolismos que se instauram, permanecem ou se rompem com o passar do tempo nas sociedades medievais, observando as permanências e as rupturas, às questões sócio-políticas, contemplando assim a esses fenômenos como reflexos precisos dos constantes conflitos em execução entre os diversos atores sócio-políticos emergentes em determinada época.

### **Referências Bibliográficas**

BARROS, José D'Assunção. História Política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares. *OPIS, Catalão*, v. 12, n. 1, p. 29-55 - jan./jun. 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.  
\_\_\_\_\_. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F. et VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História. Ensaios em Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997 p. 61-90.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

FÉRTIG, André. A História Política: da História Tradicional a História Renovada. *Revista Territórios e Fronteiras*, V.2 N.2 – Jul/Dez 2009, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, p.267-284.

JULLIARD, Jacques. “A Política” in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: Rémond, René (org). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha, 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.13-37.